



C Â M A R A   M U N I C I P A L   D E   S I N E S

*[Handwritten signatures in blue and black ink]*

## CONTRATO

N.º 72/2019

**“Aquisição de Serviços para Elaboração do Projeto de Execução das Infraestruturas dos lotes 7 e 8 do loteamento Municipal a Norte da R52, na Zona Comercial de Sines”**

Aos 13 dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, no Edifício dos Paços do Concelho em Sines, foi celebrado o seguinte contrato de aquisição de serviços; -----

Entre: -----

**Município de Sines**, pessoa coletiva de direito público número 502 563 010, com sede no Largo Ramos da Costa, 7520-159 Sines, neste ato representado pelo Exmo. Sr. **Fernando Miguel Ramos**, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sines no exercício de funções, com competências delegadas por despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, datado de 1.11.2018, no âmbito das suas competências conferidas pela alínea f), do número 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como **primeiro outorgante**; -----

e, -----

**LATITUDERIGOR, Ld.ª**, com o número de identificação fiscal 510374263, com sede em Parque Proclama, Quinta da Areia, 2830-481 Coia, neste ato representado pela Sra. **Patrícia de Barros Sacramento Campos**, na qualidade de representante legal, qualidade e poderes confirmados pela consulta da certidão permanente com o código de acesso número 5588-3628-80008, subscrita a 5-04-2019 e válida até 5-04-2020, como **segundo outorgante**; -----

É ajustado de boa fé o presente contrato, conforme despacho de adjudicação e de aprovação da respetiva minuta, datado de 31/05/2019, que se rege pelas seguintes cláusulas:-----



## C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

### **PRIMEIRA**

#### **Objeto**

A presente aquisição de serviços tem por objeto a elaboração do projeto de execução das infraestruturas dos lotes 7 e 8 do loteamento municipal a Norte da R52, na Zona Comercial de Sines, nos termos definidos no Caderno de Encargos que serviram de base ao ajuste direto, Processo n.º 2019/300.10.005/317, bem como na proposta do Segundo Outorgante, que fazem parte integrante do presente contrato.-----

### **SEGUNDA**

#### **Preço Contratual**

Pela aquisição de serviços, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o preço de 6.745,00 (seis mil setecentos e quarenta e cinco euros). A este valor acresce o IVA, à taxa de 23%, no valor de € 1.551,35 (mil quinhentos e cinquenta e um euros e trinta e cinco cêntimos), o que perfaz o valor global de € 8.296,35 (oito mil duzentos e noventa e seis euros e trinta e cinco cêntimos). -----

Os valores mencionados anteriormente reportam-se ao preço para a execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente contrato, e inclui todos os custos, encargos e responsabilidades que não estejam expressamente atribuídas ao Primeiro Outorgante. -----

### **TERCEIRA**

#### **Prazo de Execução do Contrato**

O prazo de execução é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato e até ao cumprimento integral das obrigações emergentes do presente contrato. -----

### **QUARTA**

#### **Prestação de Caução**

Encontra-se dispensada a prestação de caução.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

## QUINTA

### Condições de Pagamento

As quantias devidas pelo Primeiro Outorgante serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência. -----

Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pelo Primeiro Outorgante porque desconformes com o contrato, este comunicará tal decisão ao Segundo Outorgante, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas. -----

As faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN. -----

## SEXTA

### Gestor do Contrato

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos é designado como gestor do contrato: -----

Nome: Miguel Falcão na qualidade de Chefe de Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal de Sines; -----

Telefone Móvel: 918811025; -----

Telefone Fixo: 269 630230; -----

Email: mfalcao@mun-sines.pt ; -----

2. Caso ocorra circunstância superveniente que imponha a alteração do gestor do contrato a mesma será comunicada ao Segundo Outorgante, no prazo de 10 dias, por via postal registada com aviso de receção a qual será junta ao contrato; -----

3. O segundo Outorgante poderá manifestar-se quanto à designação referida no número anterior, sob a mesma formalidade que a da comunicação da designação, no prazo de 10 dias após o recebimento da notificação, que será apreciada em



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

igual prazo e devidamente comunicada. -----

**SÉTIMA**

**Prevalência**

Fazem parte integrante deste contrato e cujo teor se dá por reproduzido: -----

- a) Caderno de Encargos; -----
- b) A proposta adjudicada; -----

Em caso de divergência entre os documentos referidos anteriormente, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

**OITAVA**

**Cabimento/ Compromisso**

A despesa resultante deste contrato encontra-se inscrita no orçamento em vigor, com a classificação orçamental 02/ 07010401, cabimento n.º 16812 e compromisso n.º 18649. -----

**NONA**

**Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

**DÉCIMA**

**Disposições Finais**

No aqui omissos aplicar-se-ão as disposições contidas no Código dos Contratos Públicos, Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação e demais legislação aplicável ao objeto do contrato. -----

Este contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26.08, na sua atual redação, conjugado com o artigo 164.º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro. -----

Nos termos do artigo 127.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

redação, vai ser dada publicidade desta contratualização no portal da internet dedicado aos contratos públicos: [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt), advertindo-se as partes que esta publicitação é condição de eficácia do contrato. -----

Arquivam-se os seguintes documentos, válidos à data do contrato: -----

- Comprovativo de que a situação contributiva se encontra regularizada perante a Segurança Social – Declaração Emitida pela Segurança Social Direta a 15/04/2019 e válida por quatro meses. -----

- Comprovativo da situação tributária regularizada – Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Barreiro, a 15/04/2019, com validade de três meses. -----

O contrato encontra-se em conformidade e vai ser assinado pelos intervenientes. -----

Feito em duplicado, a 13 de junho de 2019.

**O Primeiro Outorgante**

**Fernando Miguel Ramos**

**O Segundo Outorgante**

**Patrícia de Barros do Sacramento Campos**